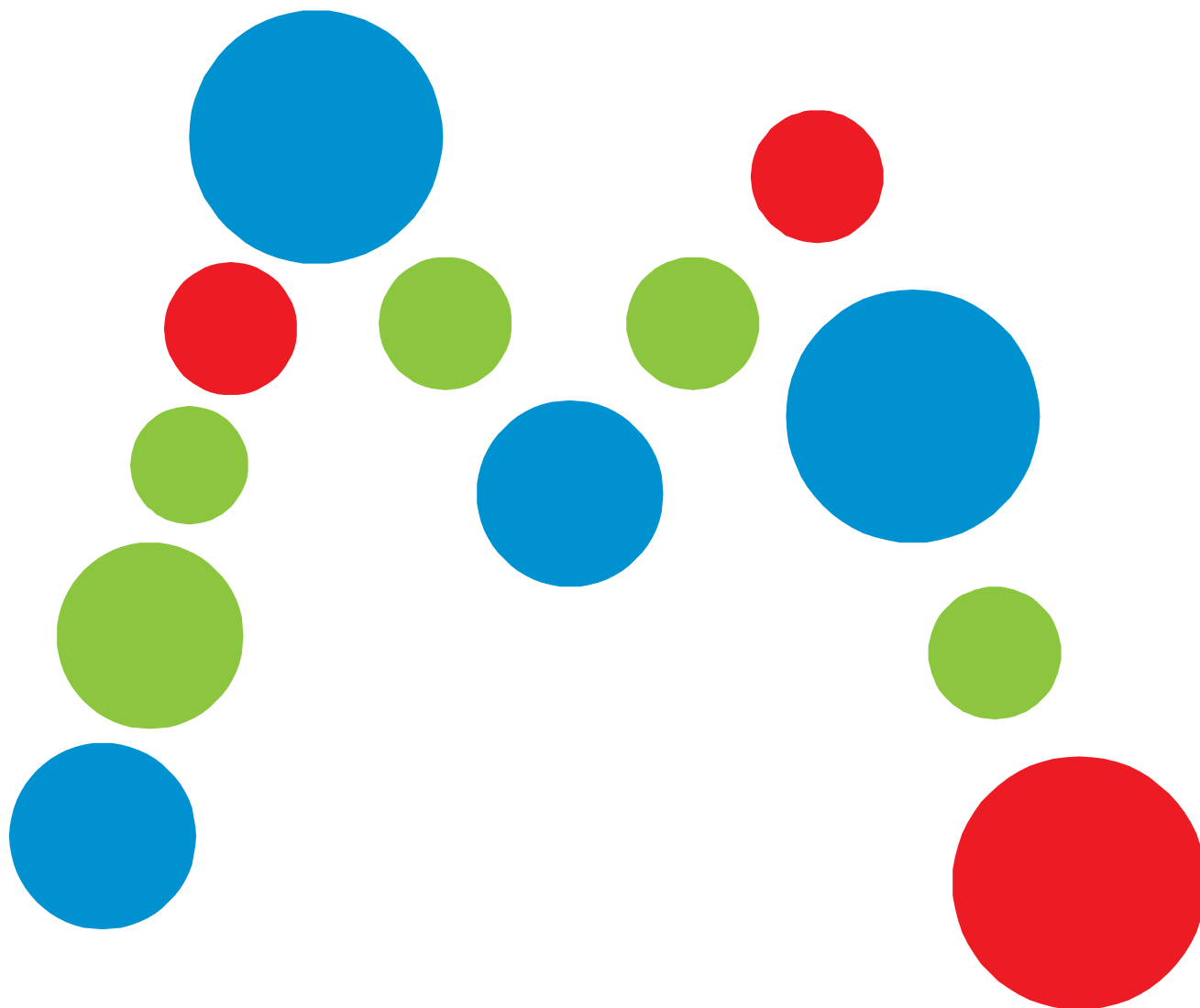


Mercados

informação global



Emirados Árabes Unidos Ficha de Mercado

Maio 2015



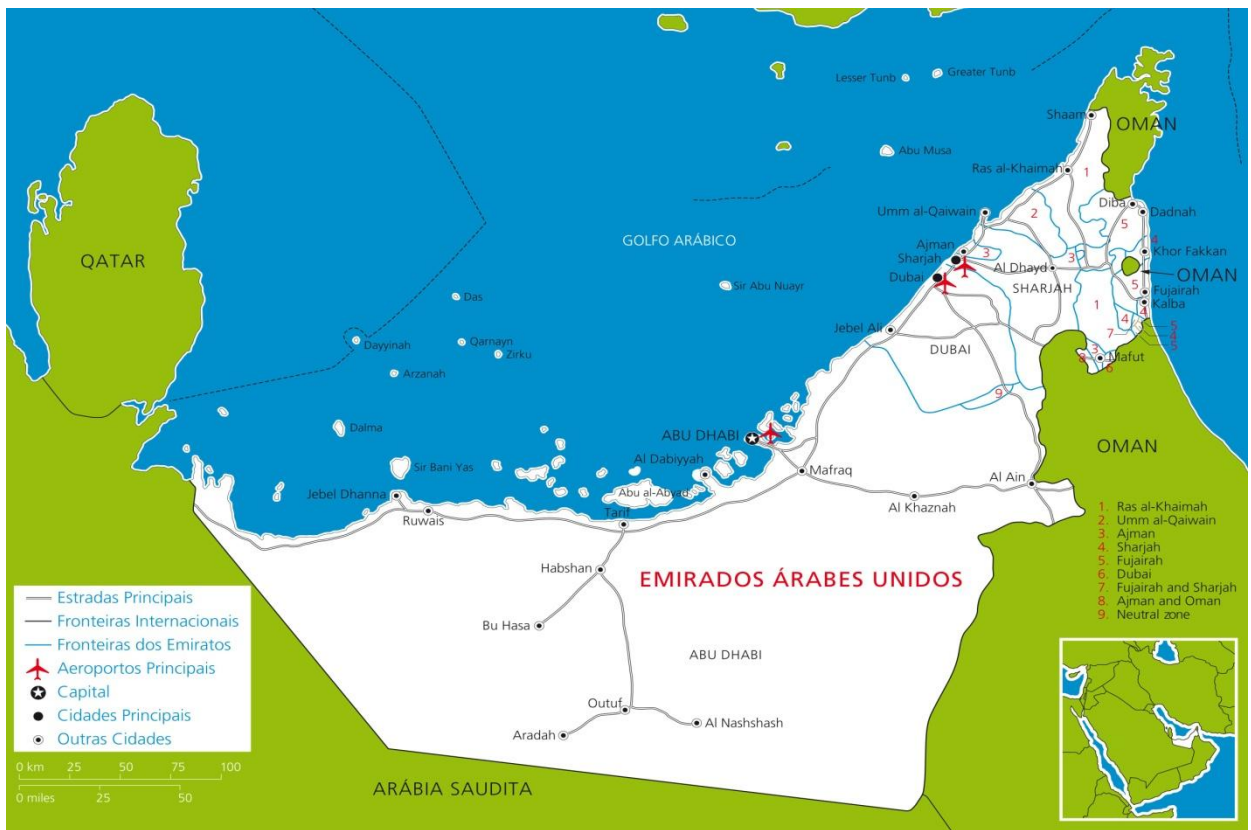
aicep Portugal Global

Índice

1. Dados Gerais	3
2. Economia	5
2.1. Situação Económica e Perspetivas	5
2.2. Comércio Internacional	7
2.3. Investimento Estrangeiro	11
2.4. Turismo	12
3. Relações Económicas com Portugal	13
3.1. Comércio de Bens e Serviços	13
3.1.1. Comércio de Bens	14
3.1.2. Serviços	18
3.2. Investimento	19
3.3. Turismo	19
4. Condições Legais de Acesso ao Mercado	20
4.1. Regime Geral de Importação	20
4.2. Regime de Investimento Estrangeiro	24
5. Informações Úteis	28
6. Contactos Úteis	29
7. Endereços de Internet	32

1. Dados Gerais

Mapa:



Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Área: 83 600 km² (77 700 km² excluindo as ilhas, dos quais 97% correspondem a deserto)

População: 8,4 milhões de habitantes (estimativa 2014)

Densidade populacional: 100 hab./km² (estimativa 2014)

Designação oficial: Emirados Árabes Unidos (EAU)

Forma de Estado: Federação de sete Emirados: Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ajman, Ras Al Khaimah, Umm Al Quwain e Fujairah

Chefe de Estado: Sheikh Khalifa bin Zayed Al Nahyan

Primeiro-Ministro: Sheikh Mohammed bin Rashid Al Maktoum

Data da atual constituição: junho de 1996 (baseada na constituição de 1971)

Principais partidos políticos: Não são permitidos partidos políticos

Capital: Cidade de Abu Dhabi

Outras cidades importantes: Dubai; Sharjah; Ajman; Ras Al Khaimah; Fujairah; Umm Al Quwain

Religião: A maioria da população é muçulmana, sobretudo sunita

Língua: A língua oficial é o árabe; o inglês é amplamente entendido

Unidade monetária: Dirham dos EAU (AED) (indexado ao dólar dos EUA (USD))

1 EUR = 4,1192 AED (Banco de Portugal, final de abril 2015)

Risco País:	Risco geral - BBB (AAA = risco menor; D = risco maior) - EIU Risco Político - BB Risco de Estrutura Económica - B
Risco de crédito:	2 (1 = risco menor; 7 = risco maior) - COSEC, abril 2015
Política de cobertura de risco:	<i>Operações de Curto prazo</i> - Aberta sem condições restritivas; <i>Médio/Longo prazo</i> - Garantia bancária (decisão casuística) (COSEC - abril 2015)

Principais relações internacionais e regionais:

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) integram, entre outros organismos, o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África ([Arab Bank for Economic Development in Africa – BADEA](#)), o Banco Islâmico de Desenvolvimento ([Islamic Development Bank – IDB](#)), o Fundo Árabe para o Desenvolvimento Económico e Social ([Arab Fund for Economic and Social Development – AFESD](#)), o Fundo Monetário Árabe ([Arab Monetary Fund – AMF](#)), a Organização dos Países Exportadores de Petróleo ([Organization of the Petroleum Exporting Countries – OPEC](#)), o Banco de Compensações Internacionais ([Bank for International Settlements – BIS](#)), a Organização das Nações Unidas ([United Nations – UN](#)) e suas agências especializadas ([Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others UN Entities](#)) e a Organização Mundial do Comércio ([World Trade Organization – WTO](#)), esta última, desde 10 de abril de 1996. Ao nível regional os EAU fazem parte da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo ([Organization of Arab Petroleum Exporting Countries – OAPEC](#)), da Liga dos Estados Árabes ([League of Arab States – LEA](#)) e do Conselho de Cooperação do Golfo ([Cooperation Council for the Arab States of the Gulf – GCC](#)). Os EAU também assinaram, entre outros, o Acordo Panárabe de Livre Comércio ([Pan Arab Free Trade Area – PAFTA](#), também designado pela sigla [GAFTA – Greater Arab Free Trade Agreement](#))

Relacionamento com a União Europeia (UE):

O relacionamento dos EAU com a UE tem lugar ao nível supranacional, isto é, o papel de interlocutor com a UE é desempenhado pelo Conselho de Cooperação do Golfo ([Cooperation Council for the Arab States of the Gulf – GCC](#)), do qual os EAU fazem parte, e rege-se, fundamentalmente, pelo [Acordo de Cooperação](#), assinado em 1988, que em termos de comércio de mercadorias assume a natureza de acordo não preferencial em que as partes concedem-se mutuamente o tratamento da nação mais favorecida. Este Acordo previa, igualmente, um compromisso entre o GCC e a UE no sentido de iniciarem negociações com vista à conclusão de um Acordo de Comércio Livre, as quais, depois do seu início em 1990, foram suspensas em 2008, [decorrendo, atualmente, contactos informais entre as partes com vista à sua continuação/conclusão, até à data, sem grande sucesso](#) (informações atualizadas sobre as negociações em curso podem ser obtidas no [Overview of ongoing negotiations](#)). Os interessados podem obter mais informação sobre o relacionamento bilateral no Portal [European Union \(European External Action Service\) – EU Relations with the Gulf Cooperation Council \(GCC\) / Trade Relations](#)

Ambiente de Negócios

Competitividade (Rank no Global Competitiveness Index 2014/15) - 12º	Facilidade de Negócios (Rank no Doing Business Rep. 2015) - 22º
Transparência (Rank no Corruption Perceptions Index 2014) - 25º	Ranking Global (EIU, entre 82 mercados) - 26º

2. Economia

2.1. Situação Económica e Perspetivas

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) são uma federação de sete emirados situados a sudeste da Península Arábica, no Golfo Pérsico. Abu Dhabi é um emirado fulcral em termos de petróleo e de indústria do gás dos EAU, seguido do Dubai, Sharjah e Ras Al Khaimah. Enquanto Abu Dhabi é o centro industrial e dos hidrocarbonetos, o Dubai concentra o comércio e os setores financeiro e turístico.

Desde a sua fundação em 1971 até aos nossos dias, os EAU passaram por um período de rápido e amplo desenvolvimento económico e social. Segundo o FMI¹, a economia dos EAU cresceu em média 4,9% de 1993 a 2002 e 8,3% no período de 2003 a 2006, quando as médias de crescimento verificadas nas economias avançadas foram de 2,8% nos dois períodos considerados (3,5% e 7,1% foram as médias assinaladas para os países do Norte de África e Médio Oriente, nos referidos períodos de tempo).

Ainda de acordo com a mesma fonte, em 2007 e 2008, o produto interno bruto (PIB) dos EAU cresceu em média 3,2%, mas em 2009 verificou-se uma contração da economia (uma variação percentual de -5,2% face ao ano anterior), consequência dos efeitos da crise financeira mundial. Em 2010, o PIB voltou a registar uma variação positiva (1,6%), tendo os acréscimos percentuais de 2011 a 2013 sido superiores (situaram-se entre 4,7% e 5,2%). No que respeita a 2014, estima-se um crescimento de 3,6% (a estimativa do *Economist Intelligence Unit* - EIU é de 4,6%).

Verificou-se uma diminuição do peso da dívida pública no PIB de 2010 para 2014 (segundo o EIU, estima-se que tenha passado de 51,1% para 43,3%), assim como da dívida externa deste país (estima-se que tenha representado 52,6% do PIB em 2010 e 41,4% em 2014).

O saldo da balança corrente aumentou consideravelmente de 2010 para 2012 (a respetiva percentagem no PIB passou de 2,5% para 18,5%), estimando-se que tenha diminuído para 11,3% do PIB em 2014.

Em anos relativamente recentes, as autoridades locais iniciaram um plano de diversificação da economia dos EAU, que após a crise financeira mundial registou um desenvolvimento a um ritmo mais lento do que originalmente era esperado.

¹ International Monetary Fund – World Economic Outlook – April 2015

Os Emirados Árabes Unidos são e deverão continuar a ser dependentes do setor dos hidrocarbonetos nos próximos anos, sendo este o principal motor do crescimento da economia que foi construída essencialmente com base nos abundantes recursos de petróleo e, mais recentemente, de gás natural. O país ocupava a sexta posição, a nível mundial, em termos de reservas comprovadas de petróleo e o sétimo lugar ao nível de reservas comprovadas de gás natural em 2013, de acordo com os dados publicados pela OPEC - *Annual Statistical Bulletin 2014*.

Como resultado do esforço de diversificação económica, o setor dos serviços, incluindo entre outros o financeiro e o turístico, fizeram do Dubai uma cidade privilegiada para acolher as multinacionais e a principal porta de entrada do comércio do Golfo e do Médio Oriente.

Os EAU são hoje uma economia aberta e com um elevado PIB *per capita*. Estima-se que o contributo da indústria para o PIB tenha sido de 58,3% em 2014, sendo as percentagens relativas aos serviços e ao setor agrícola, respetivamente, de 41,1% e 0,6%.

Conforme referido anteriormente, segundo o relatório *Global Competitiveness Index 2014-2015*², os EAU posicionaram-se no 12º lugar do *ranking* que incluiu 144 economias do mundo (face ao 19º obtido no relatório de 2013/2014, neste caso entre 148 economias). De acordo com o *World Economic Forum*, a competitividade do país reflete a alta qualidade das infraestruturas, um mercado de bens bastante eficiente e uma forte estabilidade macroeconómica, entre outros aspetos. Os EAU surgem no primeiro lugar em relação ao conjunto dos países do CCG³ e também à frente de todos os países do Norte de África.

Estima-se que os expatriados representavam cerca de 85% da força de trabalho existente no país em 2014 (informação da CIA - *The World Factbook*).

As perspetivas para a economia dos EAU para os próximos anos, segundo os dados do EIU, são as seguintes:

- Uma taxa de crescimento média do PIB de 3,3% em 2015 e 2016. Esta previsão situa-se ligeiramente acima da média prevista pelo FMI⁴ para os países da zona do Norte de África e Médio Oriente relativa a esses dois anos (3,2%). A exposição universal que se irá realizar no Dubai em 2020 constituirá um impulso adicional para o crescimento da economia.
- Prevê-se que as exportações de bens e serviços, a preços correntes, possam ter uma redução de 7,6% em 2015 face a 2013, enquanto as importações poderão registar um crescimento de 8,0%. A diminuição prevista para as exportações de bens nesse período é de 6,6%, perspetivando-se um acréscimo ao nível das importações de 9,0%.

² The Global Competitiveness Report 2014-2015 - World Economic Forum

³ Os seis países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)

⁴ International Monetary Fund – World Economic Outlook – Abril 2015

- A inflação foi de 2,3% em 2014, prevendo-se uma percentagem de 3,0% para 2015. Espera-se uma taxa de inflação ligeiramente inferior em 2016 face a 2015 (2,6%).
- O EIU prevê que a dívida pública e a dívida externa em percentagens do PIB aumentem, respetivamente, para 48,7% e 44,0% em 2015, diminuindo no período de 2016 a 2019.
- Espera-se que o saldo da balança corrente represente apenas 1,3% do PIB em 2015 e que possa apresentar valores percentuais negativos em 2018 e 2019 (respetivamente, -0,5% e -2,5% do PIB).

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2012 ^a	2013 ^a	2014 ^b	2015 ^c	2016 ^c	2017 ^c
População	Milhões	7,5 ^b	7,9 ^b	8,4	8,9	9,3	9,8
PIB a preços de mercado ¹	10 ⁹ AED	1 367,3	1 477,6	1 541,4	1 458,4	1 549,7	1 659,4
PIB a preços de mercado ¹	10 ⁹ USD	372,3	402,3	419,7	397,1	421,9	451,8
PIB <i>per capita</i>	USD	49 790 ^b	50 760 ^b	49 760	44 840	45 380	46 190
Crescimento real do PIB	Var. %	4,7	5,2	4,6	3,2	3,4	3,7
Taxa de inflação (média)	%	0,7	1,1	2,3 ^a	3,0	2,6	3,2
Saldo do setor público	% do PIB	8,8	6,6 ^b	4,1	-4,8	-2,9	-0,6
Dívida pública	% do PIB	43,1 ^b	43,0 ^b	43,3	48,7	48,6	47,1
Saldo da balança corrente	10 ⁹ USD	69,0	64,6	47,5	5,3	2,7	2,8
Saldo da balança corrente	% do PIB	18,5	16,1	11,3	1,3	0,6	0,6
Dívida externa	% do PIB	43,4 ^b	42,0 ^b	41,4	44,0	42,6	40,7
Taxa de câmbio - média	1 EUR = xAED	4,72	4,88	4,88 ^a	3,83	3,65	3,92
Taxa de câmbio - média	1 USD = xAED	3,67	3,67	3,67 ^a	3,67	3,67	3,67

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores atuais; (b) Estimativas; (c) Previsões; (1) Preços correntes

O plano estratégico dos EAU para os próximos anos centra-se na diversificação e criação de mais oportunidades para os nacionais através da melhoria da educação e aumento do emprego no setor privado.

2.2. Comércio Internacional

Segundo os dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), os Emirados Árabes Unidos foram o 16º exportador e o 19º importador a nível mundial em 2014, apresentando uma balança comercial superavitária.

No *ranking* dos exportadores mundiais, em 2014, os EAU situaram-se próximo de outros mercados como a Bélgica (13º lugar), Singapura (14º), o México (15º), a Arábia Saudita (17º), a Espanha (18º) e a Índia (19º).

Em relação às importações, face à posição registada em 2014 este mercado ficou colocado próximo de importadores como a Espanha (16º importador a nível mundial), a Rússia (17º), Taiwan (18º), a Turquia (20º), o Brasil (21º) e a Austrália (22º).

Evolução da Balança Comercial

(10 ⁹ USD)	2010	2011	2012	2013	2014
Exportação fob	213,5	302,0	349,5	378,6	380,3*
Importação fob	164,6	195,4	217,5	241,5	253,6*
Saldo	49,0	106,6	132,0	137,1	126,8*
Coeficiente de cobertura (%)	129,7	154,6	160,7	156,8	150,0*
Posição no <i>ranking</i> mundial ^a					
Como exportador	20 ^a	20 ^a	17 ^a	16 ^a	16 ^a
Como importador	25 ^a	25 ^a	23 ^a	20 ^a	19 ^a

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU); Organização Mundial do Comércio (OMC)

Nota: (*) Estimativas

As vendas de bens dos EAU para os mercados externos cresceram em média 16,5% ao ano de 2010 a 2014, sendo de realçar o aumento de 41,5% verificado de 2010 para 2011. Os acréscimos verificados em 2012 e 2013 foram, respetivamente, de 15,7% e 8,3%, estimando-se que tenha ocorrido em 2014 um incremento de 0,4% face ao ano anterior.

As entradas de bens provenientes do exterior nos Emirados Árabes Unidos cresceram em média 11,5% ao ano de 2010 a 2014, tendo-se registado em 2011 o maior acréscimo do período em análise (18,7%). Os incrementos registados em 2012 e 2013 foram, respetivamente, de 11,3% e 11,0%; o valor das importações aumentou 5,0% em 2014, sendo, no entanto, ainda uma estimativa.

Estima-se que as exportações e as importações tenham representado, em conjunto, 151,0% do PIB em 2014, sendo a percentagem estimada de 60,4%, considerando apenas as compras de bens ao exterior; em 2014, o valor das importações dos EAU representou 1,4% do respetivo total a nível mundial.

Ao nível dos principais clientes, o Japão ocupa a primeira posição representando 14,5% do respetivo total em 2013; seguiram-se o Irão (11,3%), a Índia (10,4%), e a Coreia do Sul (6,2%). Os quatro principais mercados clientes absorveram cerca de 42% das exportações dos EAU em 2013.

As quotas do Japão diminuíram ao longo do período em análise (2011-2013). Houve oscilações nos valores percentuais relativos ao Irão, à Índia e à Coreia do Sul. Desses países, somente o Japão manteve sempre a mesma posição de 2011 a 2013.

De acordo com os dados do ITC (*International Trade Centre*), as compras efetuadas pelo conjunto dos países da EU28 de bens provenientes dos EAU representaram 0,2% do total importado por esses países em 2014, tendo-se registado uma variação percentual de -12,7% de 2013 para 2014. De 2012 para 2014 as importações pela União Europeia com origem nos Emirados Árabes Unidos aumentaram ligeiramente (0,6%).

Principais Clientes

Mercado	2011		2012		2013	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
Japão	16,1	1 ^a	15,6	1 ^a	14,5	1 ^a
Irão	10,9	3 ^a	10,5	3 ^a	11,3	2 ^a
Índia	14,0	2 ^a	5,6	4 ^a	10,4	3 ^a
Coreia do Sul	5,5	4 ^a	13,4	2 ^a	6,2	4 ^a
Tailândia	5,4	5 ^a	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Nota: n.d. - não disponível

Em termos de principais fornecedores, a China ocupou a primeira posição, com 14,3% do valor global em 2013, seguindo-se a Índia (13,6%), os EUA (10,5%) e o Reino Unido (5,0%). Estes quatro mercados representaram, aproximadamente, 43% do total dos produtos entrados nos EAU em 2013.

As quotas da Índia diminuíram sempre de 2011 a 2013, tendo-se verificado oscilações nas percentagens da China. A quota dos EUA em 2013 foi semelhante à do ano anterior, situando-se acima do valor percentual de 2011. Desses países, apenas os EUA não registaram qualquer alteração na sua posição ao longo do período em análise.

Segundo os dados do ITC, a quota das vendas de bens do conjunto dos países da UE28 para os EAU nas exportações totais da União Europeia foi de 0,9% em 2014, tendo-se verificado uma redução no respetivo montante de 3,6% face ao ano anterior. No entanto, de 2012 para 2014, registou-se um crescimento do valor das exportações de 19,4%.

De acordo com o relatório do Banco Central⁵ dos EAU, a distribuição geográfica das importações de bens deste país em 2013 foi a seguinte: 49,0% de países da Ásia, 25,4% da Europa, 11,0% da América e 5,5% dos países árabes.

⁵ Central Bank of UAE – Annual Report – 2013

Principais Fornecedores

Mercado	2011		2012		2013	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
China	13,9	2 ^a	13,8	2 ^a	14,3	1 ^a
Índia	19,8	1 ^a	17,0	1 ^a	13,6	2 ^a
Estados Unidos da América (EUA)	8,2	3 ^a	10,5	3 ^a	10,5	3 ^a
Reino Unido	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	5,0	4 ^a
Japão	3,9	5 ^a	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Nota: n.d. - não disponível

As exportações dos EAU foram, na sua maioria, constituídas pelo grupo dos combustíveis e óleos minerais que representou cerca de 67% do total das exportações em 2013 (com base em *mirror statistics*; informação obtida a partir dos dados reportados pelos parceiros). Seguiu-se o agrupamento relativo a pérolas, pedras e metais preciosos com 13,6%.

As principais categorias de produtos importados pelos EAU, em 2013, respeitaram a pérolas, pedras e metais preciosos (18,9% do respetivo valor global), máquinas e equipamentos mecânicos (11,1%), máquinas e equipamentos elétricos (10,1%), veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (8,6%) e combustíveis e óleos minerais (6,7%), que em conjunto representaram cerca de 55% do valor total.

Principais Produtos Transacionados - 2013

Exportações / Setor	%	Importações / Setor	%
27 - Combustíveis e óleos minerais, etc.	67,3	71 - Pérolas, pedras e metais preciosos, etc.	18,9
71 - Pérolas, pedras e metais preciosos, etc.	13,6	84 - Máquinas e equipamentos mecânicos	11,1
76 - Alumínio e suas obras	2,3	85 - Máquinas e equipamentos elétricos	10,1
39 - Plásticos e suas obras	2,0	87 - Veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	8,6
84 - Máquinas e equipamentos mecânicos	1,4	27 - Combustíveis e óleos minerais, etc.	6,7

Fonte: ITC - International Trade Centre (*mirror statistics*; informação obtida a partir dos dados reportados pelos parceiros)

A estrutura dos principais produtos transacionados pelos EAU também reflete a importância das reexportações, que segundo o último relatório do Banco Central dos EAU⁶, aumentaram, aproximadamente, 11,0% de 2012 para 2013, tendo representado cerca de 64,0% do total exportado.

⁶ Central Bank of UAE – Annual Report – 2013 – The UAE Balance of Payments

De acordo com os dados do ITC, em 2014, as principais categorias de produtos exportados pelos países da UE28 para os EAU foram: máquinas e equipamentos mecânicos (19,3% do total), máquinas e equipamentos elétricos (11,1%), aeronaves e outros aparelhos aéreos ou espaciais e suas partes (10,8%), pérolas, pedras e metais preciosos (10,7%) e veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (9,2%).

Numa análise mais em detalhe, o subgrupo relativo a turborreatores, turbopropulsores e outras turbinas a gás representou o maior valor no total das vendas de máquinas e equipamentos mecânicos pela UE28 aos EAU em 2014 (com 29,0% do total) e o subgrupo referente a aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia foi o que mais se destacou ao nível das máquinas e equipamentos elétricos (43,1% do montante global, dos quais mais de 65% são telefones para redes celulares e para outras redes sem fio). Em relação ao terceiro grupo mais exportado, a categoria respeitante a outros veículos aéreos (aeronaves) representou 90,0% do respetivo montante global. No quarto grupo, destacam-se os diamantes (com 44,3% do total deste agrupamento) e artefactos de joalharia e suas partes, de metais preciosos ou metais folheados (31,2%). No que se refere ao quinto agrupamento é de salientar o subgrupo respeitante a automóveis e outros veículos de transporte de passageiros (62,6%).

Em 2014, as principais categorias de produtos importados pela UE28 dos EAU foram pérolas, pedras e metais preciosos (29,9% do total), combustíveis e óleos minerais (24,9%), alumínio e suas obras (11,2%), máquinas e equipamentos mecânicos (5,6%) e máquinas e equipamentos elétricos (5,4%).

2.3. Investimento Estrangeiro

Segundo os dados do EIU, os Emirados Árabes Unidos apresentaram nos últimos cinco anos valores mais elevados como recetor de investimento direto estrangeiro do que enquanto emissor, sendo, no entanto, os montantes referentes a 2014, ainda, estimativas.

O investimento direto do exterior (IDE) realizado nos Emirados Árabes Unidos representou 0,7% do total mundial em 2013, tendo a percentagem referente ao investimento do país no estrangeiro sido de 0,2%, de acordo com os dados da UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

O investimento direto do exterior nos EAU aumentou sempre de 2010 a 2014. Verificou-se um acréscimo de 39,6% em 2011, face ao ano anterior, tendo os incrementos registados em 2012 e 2013 sido, respetivamente, de 25,0% e 9,2%. Estima-se que tenha existido um crescimento do IDE em 2014 de 9,7%.

Investimento Direto

(10 ⁶ USD)	2010	2011	2012	2013	2014 ^a
Investimento do exterior nos EAU	5 500	7 679	9 601	10 487	11 500
Investimento dos EAU no exterior	2 015	2 178	2 859	3 485	3 750
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como recetor	42 ^a	41 ^a	32 ^a	29 ^a	n.d.
Como emissor	42 ^a	46 ^a	38 ^a	40 ^a	n.d.

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU); UNCTAD - World Investment Report 2014

Notas: (a) Estimativas; n.d. - não disponível

Segundo o EIU, o investimento direto do exterior realizado nos EAU representou 2,6% do PIB em 2013, contribuindo para 11,9% da formação bruta de capital fixo (FBCF). Para 2014, estima-se que o peso do IDE no PIB tenha sido de 2,7% e que a respetiva percentagem na FBCF seja semelhante à registada no ano anterior.

Os montantes de investimento dos EAU em mercado externos também aumentaram ao longo do período 2010-2014. Houve acréscimos de 8,1% em 2011 e de 31,3% e 21,9%, respetivamente, em 2012 e 2013. O valor estimado para 2014 é superior ao registado em 2013 em, aproximadamente, 8%.

2.4. Turismo

Os EAU ocupam a 24^a posição no *ranking* do *Travel & Tourism Competitiveness Report 2015*⁷, num total de 141 mercados (o 1^o lugar no *Travel & Tourism Competitiveness - The Middle East and North Africa*, num total de 16 países).

As receitas relativas a turistas estrangeiros nos EAU aumentaram ao longo do período de 2009 a 2013. Verificou-se um incremento de 16,7% em 2010, existindo acréscimos de 7,3% em 2011 e de 12,8% e 11,4%, respetivamente, em 2012 e 2013. O crescimento médio anual no período em análise foi de 12,0%.

Indicadores do Turismo

	2009	2010	2011	2012	2013
Turistas ^a (10 ³)	6 812	7 432	8 129	8 977	9 990
Receitas (10 ⁶ USD)	7 352	8 577	9 204	10 380	11 564

Fonte: Organização Mundial de Turismo (OMT)

Nota: (a) Inclui apenas o Dubai

⁷ Travel & Tourism Competitiveness Report 2015 - World Economic Forum

O número de turistas (incluindo apenas o Dubai) aumentou sempre de 2009 a 2013, sendo a respetiva taxa média de crescimento anual de 10,0%. Os acréscimos de 2010 e 2011 situaram-se próximos de 9%, registando-se incrementos de 10,4% em 2012 e de 11,3% em 2013.

No documento estratégico *Dubai's Tourism Vision for 2020* consta como objetivo principal atrair 20 milhões de visitantes anuais em 2020. A estratégia definida tem implicações a vários níveis, como por exemplo, desenvolvimento de infraestruturas, melhoria da oferta de produtos turísticos e investimento em *marketing*. Pretende-se posicionar Dubai como primeira escolha a nível internacional para lazer e viagens de negócios.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio de Bens e Serviços

Em 2014, a quota dos EAU no comércio internacional português de bens e serviços foi de 0,26% enquanto cliente e de 0,18% como fornecedor.

Quota dos EAU no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços

	Unidade	2010	2011	2012	2013	2014
EAU como cliente de Portugal	% Export.	0,18	0,21	0,21	0,23	0,26
EAU como fornecedor de Portugal	% Import.	0,07	0,13	0,09	0,19	0,18

Fonte: Banco de Portugal

As exportações portuguesas de bens e serviços para os EAU aumentaram continuamente ao longo do período 2010-2014. Verificaram-se acréscimos de 33,5% em 2011, de 4,3% em 2012 e de 15,1% e 17,4%, respetivamente, em 2013 e 2014. O crescimento médio anual no período em análise foi de 17,6%.

Ao nível das importações, houve incrementos em 2011 (100,2%) e 2013 (121,4%), registando-se reduções em 2012 e 2014 (variações percentuais, respetivamente, de -35,7% e -3,1%). A taxa média de crescimento anual foi bastante acentuada (45,7%).

O saldo da balança comercial de bens e serviços é favorável a Portugal, registando-se um montante de 63,3 milhões de euros em 2014, que foi o segundo valor mais elevado dos últimos cinco anos. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações oscilou entre 125,3% em 2013 e 241,0% em 2012, fixando-se em 151,7% em 2014.

Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com os EAU

(10 ⁶ EUR)	2010	2011	2012	2013	2014	Var% 14/10 ^a	Var% 14/13 ^b
Exportações	98,7	131,7	137,4	158,1	185,6	17,6	17,4
Importações	44,3	88,7	57,0	126,2	122,3	45,7	-3,1
Saldo	54,4	43,1	80,4	31,9	63,3	--	--
Coef. Cobertura (%)	222,8	148,6	241,0	125,3	151,7	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

(b) Taxa de variação homóloga 2013-2014

Componente de Bens com base em informação do Instituto Nacional de Estatística (INE), ajustada para valores f.o.b.

3.1.1. Comércio de Bens

No comércio de bens, os EAU apresentam maior relevância para Portugal como cliente do que enquanto fornecedor, representando 0,26% do total das exportações portuguesas em 2014 e apenas 0,03% do valor global das importações.

Os EAU posicionaram-se no 36º lugar no *ranking* dos clientes de Portugal em 2014, situando-se próximo de outros mercados, tais como a Noruega (33º), a Tunísia (34º), o Japão (35º), a África do Sul (37º), Hong Kong (38º) e a Arábia Saudita (39º).

Em 2014, a quota dos EAU nas vendas portuguesas de bens ao exterior foi a mais elevada do período em análise (2010-2014), ocupando esse país também a melhor posição no respetivo *ranking* de clientes. Verificou-se o contrário no que concerne à sua quota nas importações de Portugal e ao posicionamento no *ranking* de fornecedores nesse ano.

De janeiro a março de 2015, os EAU foram o nosso 38º cliente, mantendo-se a quota em 0,26%, e 87º fornecedor com uma percentagem de 0,02%.

Posição e Quota dos EAU no Comércio Internacional Português de Bens

		2010	2011	2012	2013	2014	2015 jan/mar
EAU como cliente de Portugal	Posição	40 ^a	37 ^a	40 ^a	40 ^a	36 ^a	38 ^a
	% Export.	0,20	0,21	0,21	0,22	0,26	0,26
EAU como fornecedor de Portugal	Posição	72 ^a	55 ^a	74 ^a	62 ^a	88 ^a	87 ^a
	% Import.	0,04	0,12	0,04	0,09	0,03	0,02

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nos últimos cinco anos, o valor das exportações aumentou 20,5% em 2011 e 21,6% em 2014, registando acréscimos inferiores a 8% em 2012 e 2013 (respetivamente, de 5,5% e 7,0%). O respetivo crescimento médio anual neste período foi de 13,6%.

Relativamente às importações, houve diminuições de 66,6% em 2012 e de 69,0% em 2014, tendo aumentado em 2011 (203,1%) e 2013 (115,9%). Atendendo às oscilações significativas que se verificaram ao longo do período em análise, os montantes das nossas compras de bens provenientes dos EAU variaram entre 15,4 milhões de euros em 2014 e 68,7 milhões de euros em 2011.

O saldo da balança comercial com os EAU foi sempre favorável a Portugal no período de 2010 a 2014, situando-se acima de 100 milhões de euros em 2014 (108,3 milhões de euros). O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações era de 131,2% em 2011 atingindo 804,9% em 2014.

No primeiro trimestre de 2015, os dados estatísticos já disponibilizados pelo INE apontam para reduções nos valores das exportações e das importações face ao período homólogo de 2014 (variações percentuais, respetivamente, de -2,1% e -19,3%).

Balança Comercial de Bens de Portugal com os EAU

(10 ⁶ EUR)	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 14/10 ^a	2014 jan/mar	2015 jan/mar	Var % 15/14 ^b
Exportações	74,8	90,1	95,1	101,7	123,7	13,6	32,4	31,7	-2,1
Importações	22,7	68,7	23,0	49,6	15,4	45,8	3,5	2,9	-19,3
Saldo	52,1	21,4	72,1	52,1	108,3	--	28,9	28,9	--
Coef. Cobertura (%)	329,9	131,2	414,1	205,2	804,9	--	914,3	1 109,0	--

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

(b) Taxa de variação homóloga

2010 a 2013: resultados definitivos; 2014 e 2015: resultados preliminares

No que se refere às exportações portuguesas para os EAU por grupos de produtos, as máquinas e aparelhos ocupam a primeira posição (com 30,6% do total em 2014), seguindo-se os veículos e outro material de transporte (8,6%), as pastas celulósicas e papel (8,2%), o vestuário (7,3%) e os minerais e minérios (6,2%), que em conjunto representaram cerca de 61% do total exportado.

Desses agrupamentos, apenas o valor dos minerais e minérios diminuiu em 2014 relativamente ao ano anterior (uma variação percentual de -3,1%). As exportações portuguesas de veículos e outro material de transporte e de pastas celulósicas e papel passaram de montantes inferiores a 4 milhões de euros em 2010 (respetivamente, 3,1 milhões de euros e 1,9 milhões de euros) para valores acima de 10 milhões de euros em 2014.

Numa análise mais detalhada (a 4 dígitos da Nomenclatura Combinada), verifica-se que lideraram as exportações para os EAU as categorias de produtos referentes a: aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia e videofones (16,4% do montante global exportado em 2014); veículos automóveis para o transporte de dez ou mais pessoas, incluindo o condutor (5,5%); calçado com sola externa de borracha, plástico ou couro e parte superior de couro natural (3,7%); pneumáticos novos (3,7%); pedras de cantaria ou de construção, cubos, pastilhas e artigos semelhantes, entre outros produtos (3,2%). Estas categorias representaram, em conjunto, cerca 33% das vendas portuguesas de produtos para o mercado em 2014.

Segundo a informação do GEE⁸, os produtos classificados como de baixa intensidade tecnológica representaram 37,3% das exportações portuguesas para os EAU, em 2013 (último ano disponível), de produtos industriais transformados (98,7% das exportações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica média-alta (23,6%), alta (23,1%) e média-baixa (16,1%).

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ⁶ EUR)	2010	% Total 2010	2013	% Total 2013	2014	% Total 2014	Var % 14/13
Máquinas e aparelhos	23,5	31,5	37,7	37,1	37,8	30,6	0,3
Veículos e outro mat. transporte	3,1	4,1	2,2	2,2	10,7	8,6	384,8
Pastas celulósicas e papel	1,9	2,5	6,4	6,3	10,2	8,2	59,0
Vestuário	5,2	7,0	8,3	8,1	9,1	7,3	10,0
Minerais e minérios	6,6	8,9	7,9	7,8	7,7	6,2	-3,1
Alimentares	2,0	2,7	4,1	4,1	7,6	6,1	82,4
Plásticos e borracha	2,2	2,9	3,5	3,5	6,4	5,2	81,0
Calçado	0,9	1,2	4,7	4,6	5,8	4,7	24,0
Metais comuns	5,9	7,8	4,3	4,2	5,1	4,1	20,0
Instrumentos de ótica e precisão	0,2	0,3	3,3	3,3	4,8	3,9	43,9
Agrícolas	1,0	1,4	2,6	2,6	4,5	3,7	71,9
Químicos	6,0	8,1	3,3	3,3	2,5	2,0	-23,6
Madeira e cortiça	5,0	6,7	5,2	5,1	2,1	1,7	-59,6
Matérias têxteis	1,1	1,5	1,5	1,5	1,7	1,4	13,4
Peles e couros	0,6	0,8	1,3	1,3	1,5	1,2	12,7
Combustíveis minerais	3,3	4,4	0,8	0,8	1,3	1,1	65,8
Outros produtos	4,0	5,3	4,5	4,4	4,9	3,9	8,3
Valores confidenciais	2,2	3,0					§
Total	74,8	100,0	101,7	100,0	123,7	100,0	21,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2013

⁸ GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia

De acordo com os dados do INE, o número de empresas portuguesas exportadoras para os EAU tem vindo a aumentar, passando de 436 empresas em 2009 para 733 empresas em 2013, verificando-se um acréscimo de 68,1%.

Nas importações portuguesas de bens provenientes dos EAU, o peso do valor dos plásticos e borracha no respetivo total, em 2014, foi de 52,1%; seguiram-se os metais comuns (17,1%), as matérias têxteis (16,3%) e as máquinas e aparelhos (8,4%). Estes grupos de produtos representaram, em conjunto, aproximadamente 94% do respetivo montante global.

As importações relativas a esses agrupamentos aumentaram em 2014 face a 2013. No entanto, as nossas compras de máquinas e aparelhos diminuíram de 2010 para 2014, passando de 8,2 milhões de euros para 1,3 milhões de euros. As importações de plásticos e borracha eram de 1,4 milhões de euros em 2010, fixando-se em 8 milhões de euros em 2014. No que concerne a outros grupos de produtos é de referir que se verificaram importações de produtos químicos de 8,8 milhões de euros em 2010, não tendo expressão o valor registado em 2014.

Importações por Grupos de Produtos

(10 ⁶ EUR)	2010	% Total 2010	2013	% Total 2013	2014	% Total 2014	Var % 14/13
Plásticos e borracha	1,4	6,1	7,0	14,2	8,0	52,1	13,7
Metais comuns	1,4	6,2	0,7	1,5	2,6	17,1	251,5
Matérias têxteis	2,5	10,8	1,7	3,4	2,5	16,3	50,2
Máquinas e aparelhos	8,2	36,0	0,3	0,5	1,3	8,4	398,4
Veículos e outro mat. transporte	0,1	0,5	38,8	78,2	0,2	1,4	-99,5
Agrícolas			0,1	0,2	0,1	0,9	50,7
Vestuário	0,0	0,1	0,3	0,6	0,1	0,8	-59,1
Minerais e minérios	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,7	688,4
Madeira e cortiça	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,6	23,2
Pastas celulósicas e papel	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,5	382,6
Instrumentos de ótica e precisão	0,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2	49,7
Peles e couros	0,1	0,3	0,1	0,3	0,0	0,1	-87,0
Calçado	0,0	0,0	0,1	0,3	0,0	0,1	-87,5
Químicos	8,8	38,7	0,1	0,2	0,0	0,0	-98,7
Alimentares			0,1	0,2	0,0	0,0	-99,4
Combustíveis minerais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-74,7
Outros produtos	0,1	0,5	0,1	0,2	0,1	0,7	27,5
Valores confidenciais	0,0	0,0					§
Total	22,7	100,0	49,6	100,0	15,4	100,0	-69,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2013

Numa análise mais em detalhe (a 4 dígitos da Nomenclatura Combinada), as quatro primeiras categorias produtos respeitaram a: polímeros de propileno ou de outras olefinas, em formas primárias (31,6% do total das importações portuguesas dos EAU em 2014); polímeros de etileno, em formas primárias (13,7%); fios de algodão que contenham pelo menos 85%, em peso, de algodão, não acondicionados para venda a retalho (12,4%); perfis de ferro ou aço não ligado (10,2%). O valor agregado destas categorias representou cerca de 68% do respetivo montante global.

Segundo a informação do GEE,⁹ os produtos classificados como de alta intensidade tecnológica representaram 78,6% das importações portuguesas provenientes dos EAU, em 2013, de produtos industriais transformados (99,9% das importações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica média-alta (12,2%), baixa (4,7%) e média-baixa (4,5%).

3.1.2. Serviços

Em termos de serviços, os EAU absorveram 0,33% das exportações portuguesas em 2014 e representaram 0,9% das importações, sendo as quotas mais elevadas dos últimos cinco anos.

Quota dos EAU no Comércio Internacional Português de Serviços

	Unidade	2010	2011	2012	2013	2014
EAU como cliente de Portugal	% Export.	0,15	0,22	0,21	0,26	0,33
EAU como fornecedor de Portugal	% Import.	0,24	0,29	0,35	0,77	0,90

Fonte: Banco de Portugal

As exportações portuguesas de serviços para os EAU aumentaram 1,5% em 2012 e 29,8% em 2014, registando incrementos superiores a 30% em 2011 e 2013 (respetivamente, de 56,2% e 36,3%). O crescimento médio anual ao longo do período 2010-2014 foi de 30,9%. Assim, o valor das exportações era de 26,7 milhões de euros em 2010 atingindo quase 75 milhões de euros em 2014.

Ao nível das importações, houve acréscimos de 13,2% em 2012, entre 25% e 30% em 2014 e 2011 (respetivamente, de 25,9% e 29,3%) e de 125,1% em 2013. A taxa média de crescimento anual no período em análise foi de 48,4%. Desta forma, o montante das importações de serviços passou de 25,6 milhões de euros em 2010 para 106,3 milhões de euros em 2014.

Em termos de saldo da balança comercial, registaram-se valores positivos de 2010 a 2012, verificando-se défices nos dois anos seguintes (saldos de -26,8 milhões de euros em 2013 e -31,5 milhões de euros em 2014). O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações atingiu 125,7% em 2011, fixando-se em 70,4% em 2014.

⁹ GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia

Balança Comercial de Serviços de Portugal com os EAU

(10 ⁶ EUR)	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 14/10 ^a	Var % 14/13 ^b
Exportações	26,7	41,7	42,3	57,6	74,8	30,9	29,8
Importações	25,6	33,1	37,5	84,4	106,3	48,4	25,9
Saldo	1,1	8,5	4,8	-26,8	-31,5	--	--
Coef. Cobertura (%)	104,1	125,7	112,8	68,3	70,4	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

(b) Taxa de variação homóloga 2013-2014

3.2. Investimento

Na sequência da revisão do manual metodológico sobre estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional, o Banco de Portugal descontinuou em outubro de 2014 as séries estatísticas anteriormente divulgadas.

De entre as várias alterações, no que respeita especificamente às estatísticas da Balança Financeira, que inclui os dados de investimento direto de Portugal com o exterior, o Banco de Portugal passou a divulgar informação apenas para um conjunto limitado de treze mercados, onde não constam os Emirados Árabes Unidos.

Por esta razão, não é possível apresentar informação respeitante às relações bilaterais de investimento direto com este mercado.

3.3. Turismo

A quota das receitas referentes a turistas dos EAU em Portugal, incluindo apenas a hotelaria global, no respetivo valor global é reduzida, situando-se em 0,15% em 2014, que foi a percentagem mais elevada dos últimos cinco anos.

Turismo dos EAU em Portugal

	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 14/10 ^a	Var % 14/13 ^b
Receitas ^c (10 ⁶ EUR)	9,0	10,3	6,0	10,1	15,4	23,3	52,3
% do total ^d	0,12	0,13	0,07	0,11	0,15	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período de 2010-2014; (b) Taxa de variação homóloga 2013-2014;

(c) Inclui apenas a hotelaria global; (d) Refere-se ao total de estrangeiros

As receitas (único indicador disponível) aumentaram em 2011 (14,0%), em 2013 e em 2014 (respetivamente, 68,3% e 52,3%), diminuindo 41,6% em 2012. A taxa média de crescimento anual no período 2010-2014 foi de 23,3%.

O montante das receitas era de 9 milhões de euros em 2010 e atingiu 15,4 milhões de euros em 2014.

4. Condições Legais de Acesso ao Mercado

4.1. Regime Geral de Importação

Os EAU têm uma das políticas de comércio externo mais abertas da região, limitando-se as restrições/proibições à importação a um número reduzido de produtos por razões de saúde, segurança e ordem pública; no entanto, importa referir uma importante barreira não tarifária no acesso a este mercado (como acontece com outros países árabes), a legislação exige que a venda de qualquer mercadoria importada tenha que ser efetuada ao abrigo de agente/representante comercial local ([MADB – Market Access Database](#), selecionar *Country: United Arab Emirates* / [Country Overview](#) / *Agency Agreements*).

Por sua vez, a atividade de importação/distribuição só pode ser exercida por cidadãos nacionais dos EAU e empresas com uma licença comercial apropriada, desde que detidas, pelo menos, em 51% por nacionais dos EAU, com exceção do regime estabelecido nas zonas francas ([MADB](#), selecionar *Country: United Arab Emirates* / [Country Overview](#) / *Registration* / *Agency Agreements* / *Investment and Government Procurement* / *Free Trade Zones*).

A importação de alguns bens está sujeita à obtenção de autorização prévia do organismo competente (ex.: bebidas alcoólicas; produtos farmacêuticos; armas e munições; químicos; fertilizantes orgânicos e sementes).

Quanto aos produtos proibidos, a lista inclui, entre outros produtos, narcóticos e drogas, pneus usados, alguns brinquedos, máquinas e equipamentos de jogo, sacos não biodegradáveis, determinados aditivos alimentares e publicações / obras de arte contrárias à moral islâmica ([MADB](#), selecionar *Country: United Arab Emirates* / [Country Overview](#) / *Prohibited Imports*).

É, ainda, de referir que a importação de produtos originários de Israel também é proibida e que os bens em trânsito com destino ao Irão estão sujeitos a um controlo apertado na sequência dos embargos impostos pelos EUA e União Europeia ([MADB](#), selecionar *Country: United Arab Emirates* / [Country Overview](#) / *Boycott and Embargo*).

No que respeita às formalidades, para além da documentação comercial habitual (fatura comercial, documentos de transporte, etc), a cargo do despachante oficial das empresas, existem, igualmente, exigências técnicas e requisitos de qualidade a cumprir por parte de alguns produtos e que os exportadores podem consultar acedendo ao tema [Procedures and Formalities](#) no site [Market Access Database – MADB](#)¹⁰ (disponibilizado pela Comissão Europeia para apoio das empresas comunitárias exportadoras); é possível clicar nos *ítems* aí referidos para obter informação pormenorizada sobre cada uma das formalidades/documentos, chamando-se especial atenção para o subtema *Country Overview*, no qual podem ser consultadas variadíssimas matérias, de entre as quais se destacam os procedimentos aduaneiros de importação (nomeadamente relativos a produtos alimentares, assim como industriais), as regras de rotulagem e embalagem e a regulamentação técnica de produtos.

Importa referir, neste contexto, pela sua importância, a denominada Certificação *Halal*: significa "permitido" ou "lícito" em árabe, a qual estabelece que os bens a exportar, sobretudo os produtos alimentares, não podem contrariar os ditames e princípios da lei islâmica, de modo a poderem ser introduzidos no consumo ([MADB](#), seleccionar *Country: United Arab Emirates / Country Overview / Foodstuffs*). Um dos produtos alimentares abrangidos por esta certificação é a carne e produtos cárneos, quanto aos restantes produtos alimentares, a sua identificação depende do seu processo de fabrico e composição, devendo o exportador contactar os organismos encarregues da Certificação *Halal* em Portugal, com a descrição pormenorizada da composição e processo de fabrico do produto, para apurar da necessidade da referida certificação.

Em Portugal, a Certificação *Halal* pode ser efetuada junto das seguintes entidades:

- Comunidade Islâmica de Lisboa (CIL). Contacto – e-mail: cil.lisboa@gmail.com; telefone: 213 874 142 – que necessita, para o efeito, de subcontratar os serviços da empresa MK4B, que está encarregue de efetuar a inspeção e fiscalização dos bens alimentares a exportar pelos agentes económicos, a respetiva composição e o processo de fabrico, assim como a elaboração do *dossier* administrativo a apresentar à CIL. Deste modo, as empresas portuguesas, quando da exportação destes bens, devem requisitar os serviços da empresa MK4B – Rua Cidade de Moçâmedes, Lote 254, 2.º Esq.º, 1800-194 Lisboa. Contacto: Sr. Paulo Vitorino; e-mail: mk4b.lda@gmail.com (a utilizar de forma preferencial); telemóvel: 933 603 015¹¹.
- [Instituto Halal de Portugal \(IHP\)](#) – contacto: Sr. Vali; e-mail: info@halal.org.pt; telemóvel: 937 860 786 (no que diz respeito à carne e produtos cárneos este é o único organismo em Portugal que, até à data, consta da lista de entidades acreditadas pelas autoridades dos EAU – [Updated List of Approved Islamic Associations and slaughterhouses in the Countries Exporting Red Meats and Poultry Meats to the UAE](#)).

¹⁰ Os critérios de pesquisa são os seguintes: seleccionar o mercado - *Country /United Arab Emirates*; introduzir as posições pautais dos produtos - *Product Code* - a 4 ou 6 dígitos e clicar em *Search*.

¹¹ Após ter sido alvo de um ataque de piratas informáticos, em setembro de 2014, o [site da CIL](#) foi provisoriamente desativado.

Por regra, toda a documentação diretamente implicada na exportação de produtos para os países árabes terá de ser legalizada pela [Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa \(CCIAP\)](#); no caso presente, terá ainda de ser certificada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), na [Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares \(SAC\), da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas](#) e pela Embaixada dos Emiratos Árabes Unidos em Portugal. Os interessados podem consultar a respetiva tramitação no [site da CCIAP](#) (documentação de exportação).

Ainda no âmbito dos produtos de origem animal (ex.: carnes; laticínios; ovos) e dos produtos de origem vegetal (ex.: plantas; frutas; sementes; e legumes), as empresas nacionais devem inquirir, respetivamente, junto da [Divisão de Internacionalização e Mercados \(DIM\)](#) e da [Direção de Serviços de Sanidade Vegetal](#), da [Direção-Geral de Alimentação e Veterinária \(DGAV\)](#), sobre a possibilidade de realizar a operação de exportação. Com efeito, pode não ser possível, desde logo, proceder ao envio deste tipo de bens para os Emiratos Árabes Unidos pelo facto de Portugal não se encontrar habilitado para a exportação (necessidade de acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários do nosso país e os homólogos do país de destino no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário).

As barreiras não tarifárias às exportações do setor agroalimentar podem ser consultadas no [Portal GlobalAgriMar](#) (ver tema “Facilitação da Exportação” e, depois, “[Constrangimentos à Exportação](#)”), do [Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral – GPP](#), do [Ministério da Agricultura e do Mar \(MAM\)](#). O facto de determinados produtos não constarem na lista de constrangimentos à exportação não significa que Portugal esteja habilitado a exportar para o mercado; na maioria das situações não houve manifestação de intenção de exportação por parte de empresas portuguesas, condição indispensável para a DGAV iniciar o processo de habilitação.

Para melhor entendimento das várias fases destes processos, poderá ser consultada, no referido Portal, a apresentação esquemática sobre os processos de habilitação para a exportação de:

- [Animais, Produtos Animais e Produtos/Subprodutos de Origem Animal](#);
- [Vegetais e Produtos Vegetais com Risco Fitossanitário](#).

Por outro lado, é de referir que os EAU adotaram a regulamentação harmonizada do Conselho de Cooperação do Golfo ([Cooperation Council for the Arab States of the Gulf – GCC](#)) para vários produtos, como por exemplo: regime de quarentena para bens agrícolas e de origem animal; fertilizantes e pesticidas; registo de produtos médicos veterinários; rotulagem e etiquetagem; manuseamento de produtos químicos; que, em muitos casos, assume carácter obrigatório ([MADB](#), selecionar *Country: United Arab Emirates* / [Country Overview](#) / *GCC Harmonisation*). Apesar dos países do GCC estarem obrigados a prosseguir uma política de harmonização de regras relativas à normalização técnica de produtos ([GCC – Standardization Organization](#)), cada um, de *per si*, ainda aplica regulamentação própria o que pode gerar alguma confusão quanto às regras a observar ([MADB](#), selecionar *Country: United Arab Emirates* / [Country Overview](#) / *Standardisation*). Recomenda-se, assim, que os exportadores contactem os respetivos agentes/importadores no mercado para se certificarem das normas exigidas em cada momento.

Neste domínio, a entidade responsável no país é a [Emirates Authority for Standardization and Metrology \(ESMA\)](#). Os interessados podem aceder à lista discriminada dos produtos no *site* da ESMA ([Regulated Products](#)). Também neste *site* é possível consultar o [catálogo](#) com todas as normas técnicas existentes nos EAU.

Em matéria de normalização destaca-se que a ESMA tem por objetivo introduzir, durante o ano de 2015, uma nova certificação para os produtos abrangidos pelas regras *Halal*, designada por *Halal National Mark*. Numa primeira fase, será obrigatória apenas para os produtores nacionais, estendendo-se esta obrigatoriedade a todos os produtos alimentares importados ao fim de um período transitório de dois anos ([MADB](#), seleccionar *Country: United Arab Emirates / Country Overview / News – New Halal Mark Planned*).

Relativamente aos requisitos de rotulagem e etiquetagem, importa referir que as regras em vigor são rigorosas e estipulam que, salvo poucas exceções, as mercadorias que circulam no espaço comum do CCGP devem apresentar a indicação da sua origem de forma estável e irremovível; para alguns produtos a rotulagem em idioma árabe é obrigatória, sendo aceites as menções bilingues em inglês e árabe. De notar que previamente à importação de produtos alimentares é necessária obtenção de aprovação de rótulos por parte de autoridade responsável no Emirado de destino (ex.: [Dubai Central Laboratory – DCL](#)) a quem cabe, igualmente, efetuar análise dos bens por amostragem. ([MADB](#), seleccionar *Country: United Arab Emirates / Country Overview / Packaging, Marking and Labelling Requirements / Foodstuffs*)

No que respeita aos procedimentos alfandegários e em resultado da União Aduaneira estabelecida pelo Conselho de Cooperação do Golfo ([em vigor a 1 de janeiro de 2003](#)), os EAU adotaram a legislação aduaneira unificada do GCC ([Common Customs Law of the GCC States](#)), nomeadamente, a Pauta Exterior Comum, aplicando uma tarifa aduaneira comum de 5% *ad valorem*, na maioria dos produtos importados de países terceiros, com algumas exceções (por exemplo, o tabaco e as bebidas alcoólicas, que estão sujeitos a uma taxa mais elevada de 100% e 50%, respetivamente); não existe tributação adicional na importação, como, por exemplo, o IVA.

Os encargos aduaneiros aplicados na importação dos produtos nos EAU podem ser consultados no já referido *site* da *MADB*, no tema [Tariffs](#), seleccionando o mercado e o produto/código pautal¹². Clicando no código pautal específico do produto (classificação mais desagregada), os interessados podem confirmar que não existem outras imposições fiscais para além dos direitos de importação (ex.: IVA).

¹² Os critérios de pesquisa são os mesmos utilizados para obter os [Procedures and Formalities](#).

Dadas as diferenças culturais e de mercado e em face da necessidade legal de recorrer a um agente/representante comercial, quando da entrada nos EAU, é aconselhável que os exportadores procurem assistência jurídica específica para a celebração do respetivo contrato de agência (de acordo com a legislação local – [Federal Law n.º 18, de 1981](#), com alterações posteriores; [The UAE Commercial Agency Law](#)), com vista a salvaguardar os seus direitos e a acautelar eventuais dificuldades e complicações que possam surgir no relacionamento entre as partes.

4.2. Regime de Investimento Estrangeiro

Não obstante o enquadramento legal propício ao desenvolvimento económico e um contexto fiscal e laboral favorável à captação de capital externo, especialmente no Emirado do Dubai, importa referir que existem restrições ao nível da propriedade imobiliária, algum excesso burocrático, nomeadamente ao nível da tramitação de estabelecimento, e o facto do investidor estrangeiro ser objeto de um tratamento diferenciado relativamente ao investidor nacional: apenas as empresas localizadas nas zonas francas, sucursais, escritórios de representação e sociedades civis (*professional firms*), que desempenham atividades não comerciais, podem ser detidas, na sua totalidade, por capital estrangeiro; nas restantes situações, a participação externa não pode ultrapassar os 49%, pelo que deve ser escolhido um parceiro local.

No que se refere às restrições da participação estrangeira cumpre realçar que numa primeira proposta de revisão da lei das sociedades comerciais ([que circulou em abril de 2011](#)) chegou a estar prevista a possibilidade do investidor estrangeiro deter, em pleno (100%), determinado tipo de sociedades/atividades ou, pelo menos, ter uma participação superior a 49%. Contudo, essa norma foi eliminada e não consta da nova lei das sociedades comerciais que [publicada a 31 de março de 2015](#) ([Federal Law n.º 2 of 2015](#)), [constando, atualmente, essa flexibilização da proposta de revisão da lei sobre investimento estrangeiro](#).

Acresce, ainda, e de um modo geral, o facto de os estrangeiros não estarem autorizados a possuir bens de raiz e de todas as propriedades para exploração de negócios terem que ser objeto de arrendamento ([apesar da flexibilização do regime legal que passou a permitir que os cidadãos estrangeiros possam ser proprietários de alojamentos no caso de projetos que estão a ser desenvolvidos ao longo da costa do Dubai](#), bem como em [zonas de investimento em Abu Dhabi](#)).

Apesar destas limitações, não há qualquer restrição ao repatriamento de capitais investidos e reinvestidos.

Ao nível da estrutura orgânica de apoio o *Department of Economy Development / [Foreign Direct Investment](#)*, no Dubai, e o *Department of Economic Development*, em Abu Dhabi, são as principais entidades responsáveis pela promoção do desenvolvimento económico e pela atração do investimento externo, através da formulação de políticas específicas de incentivo. Nos restantes Emirados os programas de apoio são estabelecidos pelas autoridades responsáveis pela gestão das zonas francas respetivas. De referir ainda o papel essencial das [câmaras de comércio](#) que, de um modo geral, disponibilizam também ajuda aos promotores externos: informação sobre o mercado; assistência na tramitação para constituição e registo de empresas; contactos; etc.

Os procedimentos legais inerentes ao estabelecimento de empresas dependem da natureza da atividade, tipo de envolvimento pretendido e do Emirado de localização.

Nos EAU o investimento estrangeiro reveste, normalmente, uma das seguintes formas: constituição de uma sociedade de responsabilidade limitada; abertura de sucursal ou de escritório de representação; constituição de uma empresa ou estabelecimento de uma sucursal numa Zona Franca; criação de sociedades civis (*Professional Firms*) e em nome individual; e celebração de contrato de *franchising*.

Na criação de novas empresas, a forma mais comumente utilizada pelos investidores estrangeiros é a sociedade de responsabilidade limitada (*Limited Liability Company*). Esta forma societária pode ser constituída, no mínimo, por 2 ([segundo a nova lei é possível ser constituída por uma única pessoa](#)) e, no máximo, por 50 membros, desde que, como já foi referido, 51% do capital da empresa pertença a nacionais.

Para a abertura de sucursais ou de escritórios de representação, entre outras formalidades, as empresas estrangeiras devem nomear um agente local e obter uma licença de funcionamento junto do Ministério da Economia e efetuar o registo comercial no Departamento Económico. Caso se opte pela criação de uma sociedade ou abertura de uma sucursal fora das zonas francas, é obrigatória a inscrição na [Câmara de Comércio e Indústria onde o negócio foi licenciado](#) (nos EAU as Câmara de Comércio são entidades governamentais).

Já as sociedades civis / *professional firms* (certas atividades artesanais e/ou profissionais que não pratiquem diretamente atividade comercial, tais como, advocacia, auditoria, consultoria, serviços técnicos, medicina e serviços educacionais), conforme já referido, podem deter 100% de capital estrangeiro, desde que nomeando um agente local.

Segundo informação disponibilizada no [Doing Business in UAE](#), do *World Bank Group*, [a abertura de uma empresa nos EAU demora cerca de 8 dias](#).

De referir, também, a crescente e cada vez mais consolidada presença de *franchising* no investimento estrangeiro nos EAU. A esta modalidade contratual, que não está sujeita a legislação específica, aplica-se a lei geral dos contratos comerciais e exige-se a nomeação obrigatória de um parceiro local.

É, ainda, de destacar que, a 1 de julho de 2015 entrará em vigor a nova lei das sociedades comerciais ([Federal Law n.º 2 of 2015](#)). As principais novidades incluídas no novo diploma legal podem ser consultadas nos seguintes artigos:

- [The UAE Commercial Companies Law – a new era](#), de maio de 2015, da autoria da *Simmons & Simmons*;
- [UAE Issues New More Flexible 2015 Commercial Companies Law](#), de abril de 2015, da autoria da *Latham & Watkins LPP*;
- [The New UAE Commercial Companies Law](#), de abril de 2015, da autoria da *Allen & Overy*

Por outro lado, já em 2014, foi aprovada a [Lei n.º 2/2014 que visa incrementar as pequenas e médias empresas](#). Contudo, para ter acesso aos benefícios contidos no diploma, [as PME's devem ser detidas a 100% por nacionais dos EAU](#).

No que diz respeito à propriedade industrial, e no que se refere à proteção conferida às patentes nos EAU, os interessados podem consultar o seguinte artigo da autoria da *Al Tamimi & Company, Advocates Legal*: [Consultants Patent Protection in the UAE](#).

É, ainda, de referir que toda a documentação solicitada para a realização do investimento estrangeiro nos EAU (exemplo: Registo Comercial e Estatutos da sociedade portuguesa) tem de ser legalizada pela Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa (CCIAP) e certificada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português, através da [Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares \(SAC\), da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas](#). Não é necessário certificação da respetiva Embaixada em Portugal, salvo exigência do cliente no mercado. Os interessados podem consultar a respetiva tramitação no [site da CCIAP](#) (documentação de não exportação).

O estabelecimento nas Zonas Francas constitui o principal incentivo disponível. As empresas aí localizadas beneficiam de isenções tarifárias sobre as importações e exportações, isenção de pagamento do imposto sobre o rendimento (apenas para as sociedades que estão sujeitas a tributação – as que exercem atividade nos seguintes setores: bancos; gás e petróleo), facilidades no processo de tramitação relativa à obtenção de licenciamento, apoio no recrutamento de trabalhadores e no acesso a determinados serviços (ex.: energia a custos reduzidos); utilização de infraestruturas modernas; e obtenção de financiamento.

Nos últimos anos as [zonas francas](#) têm proliferado nos EAU de tal forma que se procede a uma especialização sectorial entre elas; a [zona franca de Jebel Ali](#), no Dubai, é a mais proeminente (tanto pela dimensão, como pelo número de empresas aí estabelecidas).

Estas zonas possibilitam que o investidor estrangeiro se estabeleça através da constituição de empresas com capital 100% estrangeiro. Ao contrário das outras formas de estabelecimento nos EAU, as empresas nas zonas francas não necessitam de um agente ou parceiro nacional. Porém, se uma empresa estrangeira localizada numa zona franca pretender vender produtos no mercado dos EAU só o pode fazer através de um distribuidor ou agente licenciado.

Para informações mais detalhadas sobre o desenvolvimento de negócios nos EAU (incluindo informações sobre o sistema laboral e fiscal) os interessados podem consultar as seguintes publicações disponíveis na Internet:

- [Doing business in the United Arab Emirates](#), outubro 2014, da autoria da *HSBC*;
- [Doing Business in the United Arab Emirates](#), 2014, da autoria da *Latham & Watkins LPP*;
- [Doing business in the United Arab Emirates](#), 2013/2014, da autoria da *Grant Thornton*;
- [Doing business in the United Arab Emirates](#), outubro 2013, da autoria da *UHY*.

Finalmente, por forma a promover e a reforçar as relações bilaterais, foram celebrados os seguintes acordos/convenções entre Portugal e os EAU:

- [Acordo de Cooperação Económica](#) (em vigor desde 14 de abril de 2014);
- [Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento](#) (em vigor desde 22 de maio de 2012);
- [Acordo sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos](#) (em vigor desde 4 de julho de 2012).

A aicep Portugal Global teve conhecimento da existência de alguns constrangimentos na aplicação da Convenção para Evitar a Dupla Tributação pelo fato das autoridades dos EAU se recusarem a certificar o formulário português exigido pela nossa administração fiscal (MOD. 21-RFI). No entanto, para evitar estas situações, o [Orçamento de Estado para 2014](#) (artigo 180.º que altera o artigo 18.º do Decreto -Lei n.º 42/91, de 22 de janeiro) [prevê, em alternativa, a apresentação do referido formulário não certificado pelas autoridades fiscais estrangeiras desde que acompanhado por um documento emitido por essas autoridades que ateste a residência e a sujeição a imposto sobre o rendimento nesse Estado.](#)

Quanto às questões práticas relativas à operacionalidade da Convenção, o contacto a estabelecer pelas empresas, em Portugal, é a Direção de Serviços das Relações Internacionais (DSRI), da [Autoridade Tributária e Aduaneira](#).

5. Informações Úteis

Formalidades na entrada

Os cidadãos portugueses recebem o visto de entrada, à chegada aos EAU, de curta duração e num espaço de tempo de 180 dias podem permanecer durante 90 dias, intercalados ou seguidos. É necessário, no entanto, que o Passaporte tenha pelo menos três meses de validade antes da data de expiração.

Hora Local

UTC mais quatro horas. Em relação a Portugal, os EAU têm mais quatro horas no horário de inverno e mais três horas no horário de verão

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

Das 7h30 às 14h30 (domingo a quinta-feira)

Bancos:

Das 9h00 às 15h00 (domingo a quinta-feira)

Muitos bancos abrem ao sábado.

Comércio:

O horário normal das lojas é das 9h00 às 13h00 e das 16h00 às 21h00 (todos os dias, exceto sexta-feira). Contudo, muitas lojas, em particular no Dubai e em Abu Dhabi, ficam abertas todo o dia. A maior parte dos centros comerciais abrem das 10h00 às 22h00, e frequentemente encerram ainda mais tarde. Alguns supermercados permanecem abertos 24 horas por dia. Os centros comerciais e a maior parte das lojas abrem à sexta-feira, o dia de descanso islâmico, mas todos eles fecham para as orações Juma (sexta-feira), das 11h30 às 13h30.

Em Ras al-Khaimah, todas as lojas encerram obrigatoriamente nas horas de oração.

Feriados

Fixos

Ano Novo (1 de janeiro)

Dia Nacional (2 de dezembro)*

Móveis

2015

Mouloud (3 de janeiro - Nascimento do Profeta Maomé)

Leilat al-Meiraj (16 de maio - Ascensão do Profeta Maomé)

Eid al-Fitr (17 de julho - Fim do Ramadão)*

Dia Arafat (22 de setembro)

Eid al-Adha (23 de setembro - Festa do Sacrifício)*

Al-Hijra (15 de outubro- Ano Novo Islâmico)

(*) O número de dias atribuídos ao setor público e ao setor privado é, habitualmente, diferente.

As datas dos feriados religiosos estão sujeitas à observação da lua, podendo ser diferentes das indicadas. Se um feriado público ocorrer durante um fim de semana, o feriado é normalmente gozado no início da semana de trabalho seguinte.

Corrente Elétrica

220 volts AC / 50Hz

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico e o sistema inglês (imperial); medidas locais, também, são usadas.

6. Contactos Úteis

Em Portugal

Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Portugal

Praça Príncipe Real, 15, 16 e 17

1250-184 Lisboa

Tel.: +351 213 110 000 | Fax: +351 213 230 000

E-mail: lisbon@mofa.gov.ae | <http://www.uae-embassy.ae/embassies/pt>

aicep Portugal Global

Rua Júlio Dinis, 748, 8º Dto

4050-012 Porto

Tel.: +351 226 055 300

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

(Atendimento Comercial no 9º andar)

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa

Tel.: +351 217 909 500

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

(Legalização de Documentos)

Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares (SAC)

Avenida Infante Santo n.º 42 1.º

1350-179 Lisboa

Tel.: +351 217 929 757/59 - Secretariado

Gabinete de Atendimento ao Público

Largo das Necessidades n.º 42

1350-215 Lisboa

Tel.: +351 217 929 761

Câmara de Comércio e Indústria Árabe Portuguesa

Av. Fontes Pereira de Melo, 19 – 8.º D

1050-116 Lisboa

Tel.: +351 213 138 100 | Fax: +351 213 138 109

E-mail: cciap@cciap.pt | <http://www.cciap.pt>

COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.

Direção Internacional

Av. da República, 58

1069-057 Lisboa

Tel.: +351 217 913 700 | Fax: +351 217 913 720

E-mail: international@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Autoridade Tributária e Aduaneira

Rua da Alfândega nº 5, r/c

1149-006 Lisboa

Tel.: +351 218 813 700 | Linha Azul: +351 218 813 818

E-mail: at@at.gov.pt | <https://www.e-financas.gov.pt/de/jsp-dgaiec/main.jsp>

Empresa MK4B (Certificação *Halal*)

Rua Cidade de Moçâmedes,

Lote 254, 2.º Esq.º,

1800-194 Lisboa.

Contacto: Sr. Paulo Vitorino

Telemóvel: +351 933 603 015

E-mail: mk4b.lda@gmail.com

Instituto Halal de Portugal (IHP – Certificação *Halal*)

Av. Vila Amélia, Lote 171/172

2950-805 Quinta do Anjo

Palmela

Contacto: Sr. Vali

Telemóvel: + 351 937 860 786

E-mail: info@halal.org.pt | <http://halal.pt/ihp/>

Nos Emirados Árabes Unidos

Embaixada de Portugal nos Emirados Árabes Unidos

Marina Park Office, Villa A42

P.O. Box 114587

Abu Dhabi - United Arab Emirates

Tel.: +971 2 6505541

E-mail: mail@abudhabi.dgaccp.pt | abudhabi@mne.pt | <http://www.embportugal-uae.com>

aicep Portugal Global - Abu Dhabi

Embaixada de Portugal em Abu Dhabi

Marina Park Office Compound

Villa A42

P.O. Box 114587

Abu Dhabi - United Arab Emirates

Tel.: +971 2 650 55 41 | Fax: +971 2 650 55 32

E-mail: manuel.miranda@portugalglobal.pt

Abu Dhabi Chamber of Commerce and Industry

Main Building of Abu Dhabi Chamber, Corniche Road

P.O. Box 662

Abu Dhabi - United Arab Emirates

Tel.: +971 2 6214000 | Fax: +971 2 6215867

E-mail: contact.us@adcci.gov.ae | <http://www.abudhabichamber.ae/English/Pages/Default.aspx>

Dubai Chamber of Commerce & Industry

Baniyas Road, Deira

P.O. Box 1457

Dubai - United Arab Emirates

Tel.: +971 4 228 0000 | Fax: +971 4 202 8888

E-mail: info.dataresearch@dubaichamber.com | <http://www.dubaichamber.com/en/>

Federation of UAE Chambers of Commerce & Industry

P.O. Box 3014

Abu Dhabi - United Arab Emirates

Tel.: +971 2 6214144 | Fax: +971 2 6339210

E-mail: info@fccuae.ae | <http://www.fccuae.ae/>

Foreign Direct Investment - Dubai

Business Village

Building A, 9th floor

Dubai - United Arab Emirates

Tel.: +971 4 44 55 5 55

E-mail: info.fdi@fdidubai.gov.ae | <http://www.dubaifdi.gov.ae>

Abu Dhabi Tourism & Culture Authority

Nation Towers Corniche,

Building B

P.O. Box 94000

Abu Dhabi - United Arab Emirates

Tel.: +971 2 444 0444 | Fax: +971 2 444 0400

E-mail: info@tcaabudhabi.ae | <http://www.tcaabudhabi.ae>

7. Endereços de Internet

A informação *online* aicep Portugal Global pode ser consultada no *site* da Agência, nomeadamente, nas seguintes páginas:

- [Guia do Exportador](#)
- [Guia de Internacionalização](#)
- [Temas de Comércio Internacional](#)

- [Mercados Externos \(Emiratos Árabes Unidos\)](#)
- [Livraria Digital](#)

Outros endereços:

- [About United Arab Emirates](#)
- [Abu Dhabi Chamber](#)
- [Abu Dhabi City Municipality – Tenders and Auctions \(concursos públicos\)](#)
- [Abu Dhabi Tourism & Culture Authority](#)
- [AMEinfo \(Middle East Business & Financial News\)](#)
- [Arab Bank for Economic Development in Africa \(BADEA\)](#)
- [Arab Fund for Economic & Social Development \(AFESD\)](#)
- [Arab Monetary Fund \(AMF\)](#)
- [Bank for International Settlements \(BIS\)](#)
- [Câmara de Comércio e Indústria Árabe Portuguesa \(tradução/legalização de documentos\)](#)
- [Central Bank of the U.A.E.](#)
- [Constrangimentos à Exportação para Países Terceiros \(Portal GlobalAgriMar, Gabinete de Planeamento e Políticas, Ministério da Agricultura e do Mar – MAM\)](#)
- [Cooperation Council for the Arab States of the Gulf \(GCC\)](#)
- [Delegation of the European Union to the United Arab Emirates](#)
- [Doing Business in United Arab Emirates 2015 \(World Bank Group\)](#)
- [Doing Business in United Arab Emirates – Business Reforms 2015 \(World Bank Group\)](#)
- [Doing Business in United Arab Emirates – Law Library – Business Law and Regulations in UAE \(World Bank Group\)](#)

- [Doing Business in United Arab Emirates – Starting a Business 2014 \(World Bank Group\)](#)
- [Dubai Central Laboratory \(DCL\)](#)
- [Dubai Chamber](#)
- [Dubai Customs](#)
- [Dubai Department of Tourism and Commerce Marketing](#)
- [Dubai Financial Services Authority \(DFSA\)](#)
- [Dubai International Financial Centre \(DIFC\) – Law & Regulations](#)
- [Dubai Trade](#)
- [Economic Zones World \(Jafza, Techno Park e Dubai Auto Zone\)](#)
- [Embaixada de Portugal nos Emiratos Árabes Unidos](#)
- [Emirates Authority for Standardization and Metrology \(ESMA\)](#)
- [European Union \(European External Action Service\) – EU Relations with the Gulf Cooperation Council \(GCC\) / Trade Relations](#)
- [Federal Customs Authority](#)
- [GCC Standardization Organization \(GSO\)](#)
- [Guia Prático – Destacamento de Trabalhadores de Portugal para Outros Países \(Instituto da Segurança Social\)](#)
- [Higher Corporation for Specializes Economic Zones \(ABU Dhabi\)](#)
- [Instituto *Halal* de Portugal](#)
- [Islamic Development Bank \(IDB\)](#)
- [League of Arab States \(LEA\)](#)

- [Market Access Database \(tariffs; procedures and formalities; trade barriers; etc.\)](#)
- [Ministry of Economy](#)
- [Ministry of Energy](#)
- [Ministry of Environment and Water](#)
- [Ministry of Finance](#)
- [Ministry of Foreign Affairs](#)
- [Ministry of Health](#)
- [Ministry of Justice – Legislations Portal](#)
- [Ministry of Labour](#)
- [Ministry of Social Affairs](#)
- [National Bank of Abu Dhabi](#)
- [Organization of the Petroleum Exporting Countries \(OPEC\)](#)
- [Official Portal Abu Dhabi Government](#)
- [Official Portal Dubai Government](#)
- [Official Portal Ras Al Kaimah Government](#)
- [Official Portal Sharjah Government](#)
- [Official Portal UAE Government](#)
- [Organization of Arab Petroleum Exporting Countries \(OAPEC\)](#)
- [Pan Arab Free Trade Area \(PAFTA\), também designado pela sigla Greater Arab Free Trade Agreement \(GAFTA\)](#)
- [Portal das Comunidades Portuguesas / Conselhos aos Viajantes \(Emiratos Árabes Unidos\)](#)
- [Segurança Social \(Destacamento de Trabalhadores para Países com os quais não foram celebrados Acordos Bilaterais / Convenções, como é o caso dos Emiratos Árabes Unidos\)](#)

- [Telecommunications Regulatory Authority \(TRA\)](#)
- [The National Human Resource Development & Employment Authority](#)
- [UAE Free Zones](#)
- [UAE Interact](#)
- [United Nations \(UN\) / Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others UN Entities](#)
- [World Trade Organization \(WTO\)](#)